

N. F. Nº - 233080.0036/23-0
NOTIFICADO - COMERCIAL DE FRIOS E ALIMENTOS OLIVEIRA E MATOS LTDA.
NOTIFICANTE - ROBERTO COUTO DOS SANTOS
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ CHAPADA DIAMANTINA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 12.06.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0120-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. SAÍDAS SUBSEQUENTES TRIBUTADAS. MULTA. Ainda que houvesse atraso no pagamento, se ocorre antes do início da ação fiscal, não cabe a multa pretendida pelo autuante, pois esta ocorre na ausência de pagamento, e não por pagamento em atraso, o que implica em acréscimos moratórios, e não em multa pela falta de pagamento. Notificação **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação lavrada em 26.09.2023, para lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 32.463,98, decorrente de multa formal da seguinte infração:

INFRAÇÃO 007.015.005 – Multa percentual sobre parcela do imposto que deixou de ser paga por antecipação parcial referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal com saída posterior tributada normalmente.

Às fls. 18/22, a empresa notificada apresentou impugnação, a seguir transcrita de forma resumida.

Inicialmente alega nulidade do lançamento porque houve recolhimento da antecipação parcial de todas as competências constantes no demonstrativo de débito apresentado, enumerando detalhadamente cada período com o valor lançado, indicando o número do DAE, das notas fiscais vinculadas e os valores pagos, com os respectivos comprovantes de pagamento.

A seguir apresenta quadro demonstrativo com número da nota fiscal, valor do ICMS, data de vencimento, o número do DAE e a data de pagamento.

Na informação fiscal, o autuante não refuta as provas. Diz que após a análise das argumentações, demonstrativos e DAES, verificou-se que o contribuinte se equivocou nas datas dos fatos geradores e também na data do vencimento. Que a coluna DATA DO PAGAMENTO identifica os recolhimentos efetuados após o vencimento e que foi exigido pagamento de multa conforme art. 42, II, d, da Lei 7.014/96.

VOTO

Trata-se de multa pela falta de pagamento de antecipação parcial, com saída posteriormente tributada. Na impugnação o notificado trouxe comprovação de que os pagamentos foram efetuados. O autuante não refuta as provas, apenas mantém o lançamento por pagamento da antecipação parcial em atraso.

Verificando, por exemplo, o lançamento da ocorrência 30.11.2021, o notificado traz o DAE 2175 nº 2112241357 pago em 25.01.2022 no valor total de R\$ 10.338,29 referente à nota fiscal 13324, cuja multa lançada foi de R\$ 5.032,68 por suposta falta de pagamento. Pela informação fiscal, o autuante diz que deveria ser mantida a multa porque deveria ter sido paga até 25.12.2021 e não em 25.01.2022.

Consultando a prova apresentada à fl. 31/verso, consta realmente o DAE com a nota fiscal referida além de outra nota fiscal de número 140015. No demonstrativo anexo à mídia, o autuante coloca todos os dados referentes a este lançamento. A supracitada nota fiscal que deu causa a infração

foi emitida em 29.11.2021, lançada em 02.12.2021 e sendo apurada pelo contribuinte referente a este mês, efetuou o pagamento sem atraso no dia 25.01.2025 sem qualquer irregularidade.

Por outro lado, ainda que houvesse atraso no pagamento, se ocorre antes do início da ação fiscal, não cabe a multa pretendida pelo autuante, pois esta ocorre na ausência de pagamento, e não por pagamento em atraso, o que implica em acréscimos moratórios, e não em multa pela falta de pagamento.

Embora o impugnante tenha pedido nulidade do lançamento, o art. 155 do RPAF preceitua o seguinte, em seu parágrafo único:

Parágrafo único. Quando houver possibilidade de se decidir o mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

Assim posto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº 233080.0036/23-0, lavrada contra **COMERCIAL DE FRIOS E ALIMENTOS OLIVEIRA E MATOS LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF 29 de maio de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR